



Arquivo

Galvêas: reunião será para acertar "detalhes marginais"

Medida unilateral seria calote, afirma Marchezan

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan (PDS-RS), manifestou-se contrário, ontem, em Porto Alegre, à declaração pelo Brasil de uma moratória unilateral da dívida externa, "pois isso seria o calote". Defendeu, no entanto, uma renegociação ampla da dívida, seja de governo para governo, seja diretamente com os banqueiros internacionais, na qual o Brasil "estabeleça as condições de quanto pode pagar".

Tanto na entrevista coletiva que concedeu antes da reunião-almoço na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, quanto em seu pronunciamento a mais de cem empresários, o líder governista ressaltou que "em mora o Brasil já está, porque está atrasando alguns pagamentos e os está renegociando". A renegociação ampla que se faz necessária, prosseguiu, pode ser de governo para governo, nos casos em que as autoridades públicas dos países credores tenham maior ingerência sobre os bancos, ou diretamente com os banqueiros, quando a influência dos governos seja menor.

Na entrevista, Marchezan disse haver muitas diferenças nesse aspecto, por exemplo, entre os governos da França e dos Estados Unidos. "Mas o fundamental é que temos de propor o quanto podemos pagar", — acrescentou, observando que, se o Brasil não conseguir uma boa solução para sua crise, "não haverá, também, solução boa para os credores". O Brasil quer pagar a sua dívida externa e, sem dúvida, terá condições para isso, enfatizou.

Por outro lado, o parlamentar gaúcho contestou as afirmações de opositoristas, de que o acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional é inconstitucional. "O governo está agindo con-

forme a lei", afirmou, destacando que o FMI é um organismo constituído por uma série de países, entre os quais o Brasil, criado justamente para socorro em casos de crise e cujas normas são comuns a todas as nações que a ele recorrem.

Acrescentou que o Congresso tem a prerrogativa de pedir ao Executivo todas as informações que julgar necessárias sobre o acordo e reiterou que o governo não está adotando medidas impostas: "O Brasil não faz o que não quer".

EMPRESÁRIOS

Diversos empresários que participaram da reunião-almoço de ontem na federação das indústrias gaúchas compartilham da opinião de que o Brasil deve renegociar a sua dívida externa, diretamente com os governos dos países credores. "A magnitude da nossa dívida é tamanha que não temos outra maneira de sairmos da crise", afirmou o presidente da Fiergs, Luiz Octávio Vieira, para quem devem ser renegociados tanto os prazos de pagamento quanto as taxas de juros. Vieira também lamentou a ingerência do FMI na economia brasileira, ressaltando que, "desde dezembro passado, o País está debaixo da ortodoxia do Fundo e dos interesses dos banqueiros", e salientou que, mediante uma renegociação ampla da dívida externa, o Brasil teria um prazo mínimo para reavaliar os rumos de sua economia e retomar o desenvolvimento.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas do Rio Grande do Sul, Roberto Penteado, por sua vez, considerou que o Brasil precisa deixar de pagar a dívida externa por um período mínimo de três anos, no qual inverteria a atual tendência recessiva. "Somente a reativação efetiva de nossa economia criará as condições necessárias para que possamos saldar a dívida", ponderou.